

# OS SENTIDOS URBANOS E A JUVENTUDE: UMA EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA A PARTIR DA CRIAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE PESQUISA NO COLÉGIO PEDRO II – RIO DE JANEIRO/RJ

**Pedro Bernardes Pinheiro**  
pedrobernardes.geo@gmail.com<sup>1</sup>

**Eduardo de Oliveira Rodrigues**  
eorodrigues@gmail.com<sup>2</sup>

**Marcus Vinicius Silva Gomes**  
marcusvinicius\_gomes@yahoo.com.br<sup>3</sup>

**José Carlos Alvim Flores Junior**  
alvimgeo@yahoo.com.br<sup>4</sup>

**Tatiana Ferreira**  
proftatiana@gmail.com<sup>5</sup>

## Introdução

O presente trabalho versa sobre um breve relato da trajetória de pesquisa em Geografia do LabSUJu (Laboratório de Sentidos Urbanos e Juventude), criado no final de 2014 no Colégio Pedro II do bairro de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nossa atual linha de pesquisa chama-se “(Re) cartografias urbanas: um atlas da cidade aos olhos da juventude suburbana”. Atualmente, cinco professores-orientadores participam do grupo, além de quinze estudantes que desenvolvem atividades de pesquisa através do programa de Iniciação Científica Júnior da instituição. Nossa primeira proposta de trabalho é uma tentativa de construção de um outro olhar sobre o urbano diferente da visão tradicionalmente encontrada nos atlas escolares. É sabido que a cartografia oficial é reveladora de diversas dimensões do espaço – seja ela física, social, política, etc. Porém, um questionamento fundamental que antecede o próprio mapa vai em direção a quem “mapeia” os fenômenos e grafa sua existência sobre o papel, uma vez que o ato de cartografar pressupõe um ponto de vista, ou seja, o mapa também pode ser revelador de horizontes ideológicos ou estratégicos

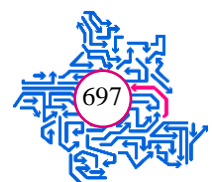
<sup>1</sup> Professor D.E. do Colégio Pedro II. Licenciado e bacharel em Geografia pela UERJ; especialista em Geografia e Ensino (UFRJ); e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR - UFRJ).

<sup>2</sup> Professor D.E. do Colégio Pedro II. Licenciado, bacharel e mestre em Geografia pela UFRJ.

<sup>3</sup> Professor D.E. do Colégio Pedro II. Licenciado, bacharel, mestre e doutorando em Geografia pela UFRJ.

<sup>4</sup> Professor D.E. do Colégio Pedro II. Licenciado e bacharel em Geografia pela UFF; e mestre em Geografia (PUC - Rio).

<sup>5</sup> Professora D.E. do Colégio Pedro II. Licenciada, bacharel e mestre em Geografia pela UERJ.



bem diferentes (LACOSTE, 1988).

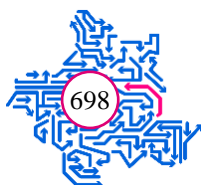
Como então relativizar o tradicional modo de cartografar, uma vez que tal prática habitualmente é feita pelos mesmos atores e negligente historicamente com diversas outras dimensões do espaço geográfico? Diante desta problemática, o LabSUJu desenvolve há quase dois anos um trabalho de pesquisa coletiva que envolve professores e estudantes na tarefa de cartografar alguns fenômenos que frequentemente são negligenciados. O problema aqui diz respeito não só a uma lacuna temática deixada pela cartografia tradicionalmente feita nos órgãos oficiais de planejamento, pelo mercado corporativo ou mesmo pelo chamado “terceiro setor” (ONGs e outras organizações sem fins lucrativos). A negligência se manifesta também pela seletividade na escolha de escalas de ação dos fenômenos, que conseqüentemente acabam por invisibilizar certos tensionamentos sócio-espaciais do cotidiano. O presente artigo, neste sentido, busca trazer uma discussão, em caráter preliminar, dos objetivos, metodologia e de alguns resultados preliminares já alcançados pelo grupo de pesquisa.

### **Objetivos**

A linha de pesquisa “(Re) cartografias urbanas: um atlas da cidade aos olhos da juventude suburbana” tem como objetivo geral construir um atlas da cidade do Rio de Janeiro aos olhos da juventude suburbana – juventude esta que é estudante de uma escola pública de excelência localizada na Zona Oeste carioca, o Colégio Pedro II. Através desta prática pedagógica, o LabSUJu objetiva contribuir especificamente não somente com o preenchimento de uma grave lacuna quanto à produção de mapas e material didático sobre um setor geográfico periférico da nossa cidade, como também pelo processo político de empoderamento de atores e grupos sociais não-hegemônicos que envolvem inclusive nossos próprios estudantes.

### **Referencial teórico-metodológico**

É quase um lugar comum nas discussões que tomam o urbano como campo privilegiado de análise a assertiva de que as cidades passam por uma crise profunda na atualidade. Esta crise, de modo geral, possui um dos seus desdobramentos sobre uma certa anemia quanto ao uso dos seus espaços públicos. Tal discussão não é recente. Já nos anos 1960, autoras como JACOBS (2000) criticavam as linhas gerais que norteavam o então planejamento urbano norte-americano, responsável por um ordenamento territorial que ia de encontro à ideia de cidade enquanto lugar dos encontros, da diferença e da possibilidade de



usos mais pulsantes dos seus espaços públicos. Nos anos 1970, outro estudo clássico conduzido por SENNETT (1999) chamava a atenção para a construção – iniciada ainda no século XIX – de um urbanismo voltado para o “refúgio na intimidade”, onde a esfera pública das cidades passou a ser secundarizada. Para o autor, uma das perversidades da cultura gerada pelo capitalismo e pelo secularismo moderno na vida urbana foi a tomada das relações intimistas enquanto base para as próprias relações sociais – ao elevar o individualismo burguês como um valor incorporado nas formas de pensar a experiência urbana contemporânea (SENNETT, 1999, p.379). No caso brasileiro, as discussões sobre o declínio e a anemia dos espaços públicos acabam por mesclar-se com os estudos voltados sobre o fenômeno da segregação residencial, ou mais recentemente pelos impactos da violência sobre a vida nas (principalmente) grandes cidades de nosso país. A segregação residencial “clássica” produzida por diferentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 1995) ganha contornos ainda mais graves quando, a partir dos anos 1980, favelas e áreas periféricas das grandes cidades passam a ser territorializadas por grupos ligados ao tráfico de drogas de varejo (SOUZA, 2000 & 2008). Mais recentemente – no caso da metrópole carioca – tal fenômeno ganha ainda novos matizes pela inserção dos grupos de milícias nos processos de disputas por território na urbe carioca (CANO, 2008; CANO & DUARTE, 2012). A violência urbana transformou-se, desta forma, na mola propulsora de processos complexos de geração de medo e insegurança, que por sua vez alimentaram ações de caráter defensivo por parte de uma população cada vez mais amedrontada. Fazem parte deste quadro, por exemplo, a autosegregação das elites em condomínios exclusivos (CALDEIRA, 2000), que contribuem para a fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial urbano (SOUZA, 2000; 2006; 2008). De maneira complementar, faz parte deste mesmo quadro o clamor por maiores medidas de controle e monitoramento de espaços públicos – vistos não enquanto lócus político da cena urbana, mas sim enquanto locais a serem rigorosamente vigiados como forma de combate à criminalidade violenta.

Entretanto, apesar do contexto exposto acima, o estatuto político da cidade enquanto arena de disputas ou mesmo local do encontro entre as diferenças não deixou de existir. A cidade que vive e experimenta continua viva, em especial na figura de diferentes atores que ainda resistem através das suas múltiplas formas de apropriação dos espaços públicos. É precisamente no sentido da ação social sobre o urbano (CERTEAU, 2009) – ou seja, nos processos de apropriação da cidade por meio de lutas, protestos, reivindicações, afetos e nas

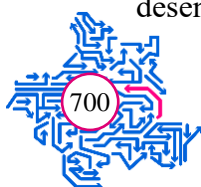


trajetórias que homens e mulheres comuns traçam através do seu cotidiano – que reside o interesse do presente trabalho. De maneira mais específica, nos interessa tanto conhecer as formas de apropriação do urbano por parte de uma parcela da juventude moradora de áreas periféricas da metrópole carioca, assim como fomentar a produção de conhecimento sobre essas mesmas ações que apontam para novas formas de experienciar a cidade. Neste sentido, compreendemos a chamada “cartografia da ação social” enquanto uma forma de mapeamento de possíveis estratégias de (re)existência na urbe. Na visão de SILVA & SCHIPPER (2012), a cartografia da ação social necessita ser compreendida como um processo social coletivo, que parte de um projeto-problema criado pelo coletivo formado (no caso do LabSUJu) entre estudantes e professores. Ele não termina e nem começa com o mapa em si, mas se configura enquanto uma espécie de ferramenta a ser apropriada pelos estudantes e professores na compreensão de diferentes problemáticas urbanas:

A cartografia da ação social refere-se, sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados. Eles acontecem, sobretudo, nos contextos periféricos metropolitanos, de espaços carentes de bens culturais e de formas de expressão da juventude, esta atravessada pelas dúvidas, incerteza de trabalho, de futuro, de sociabilidades. (RIBEIRO et alli. 2011, p.32)

Desta forma, o uso da cartografia da ação social, enquanto conceito e metodologia, parece-nos importante – em especial no âmbito de uma escola localizada na periferia carioca – em princípio por ela se constituir enquanto ferramenta de debate acerca de diferentes problemáticas urbanas que afetam diretamente os estudantes. Mas, sobretudo, porque ela pode sensivelmente contribuir não só na formação crítica de nossos estudantes, como também em conhecimento sobre um setor geográfico da cidade do Rio de Janeiro historicamente negligenciado pela chamada “cartografia oficial”.

Como apontado anteriormente, propomos utilizar a metodologia da “cartografia da ação social” de maneira a empoderar o discente de novas ferramentas que contribuam e potencializem sua visão crítica sobre a cidade. Neste sentido, a referida metodologia parte de uma proposta fundamentalmente horizontal, que pressupõe ampla participação dos próprios estudantes nos processos de tomada de decisão dentro do trabalho. A cartografia da ação social tem seus alicerces fincados no que THIOLENT (2008) chamou de “pesquisa-ação”. A pesquisa-ação diz respeito a determinado compromisso que subordina a pesquisa aos objetivos políticos dos grupos com os quais (e não sobre os quais) a própria pesquisa se desenvolve. É uma metodologia construída no sentido “de baixo para cima”, com os



estudantes – no caso do nosso grupo – assumindo um papel de protagonismo ao desenrolar da pesquisa:

[n]a pesquisa-ação, os atores deixam de ser simplesmente objeto de observação, de explicações ou de interpretações; eles se tornam sujeitos, partes atuantes na pesquisa, em sua concepção, seu desenrolar, sua redação e seu monitoramento” (DESROCHE, 2006, p.33).

Neste sentido, a escolha pela pesquisa-ação nos levou a deixar os próprios estudantes escolherem livremente os temas que seriam do seu maior interesse. A partir de apontamentos gerais sobre temas como “feminismo”, “homofobia”, “lazer”, “violência”, “escola”, entre outros, procuramos construir diferentes objetos de pesquisa dentro de cada campo temático. O desenrolar das orientações e pesquisas acabou por criar a necessidade de maior sistematização dos temas, uma vez que como os estudantes possuem tempo limitado de permanência na escola (a grande maioria dos nossos aprendizes, ao longo do ano de 2015, estava no 3º ano do Ensino Médio), cada uma das pesquisas deverá preferencialmente ser continuada no ano seguinte por estudantes diferentes de acordo com o seu interesse. Desta forma, decidimos por organizar os diferentes objetos dentro de cinco eixos-temáticos construídos a partir dos interesses de pesquisa dos estudantes e dos professores, como exposto na sessão final do artigo a seguir.

### **Resultados preliminares**

Em nosso primeiro ano, desenvolvemos cinco sub-linhas de investigação que darão origem, cada uma, a um capítulo do atlas em construção. São elas: (1) Espaço escolar e acessibilidade; (2) Espaço urbano, gênero e sexualidade; (3) Cidade, violência e segurança pública; (4) Espaço público, lazer e cotidiano; (5) Mobilidade urbana e transporte público. Destas, já obtivemos resultados preliminares nas duas primeiras sub-linhas citadas. No primeiro caso, conhecemos a experiência espacial dos estudantes com deficiência visual no espaço escolar através de metodologias como grupo focal e de entrevistas semiestruturadas. Essa pesquisa teve a finalidade de elaborar um mapa tátil direcionado a esse grupo de alunos, assim como contribuir futuramente para a instalação de equipamentos no espaço escolar voltados para acessibilidade de pessoas com deficiência. No segundo caso, desenvolvemos uma pesquisa exploratória sobre a expressão da discriminação de gênero através de práticas de assédio em dois bairros da Zona Oeste carioca: Taquara e Campo Grande, aplicando questionários fechados com estudantes residentes nesses bairros. As outras linhas de pesquisa, em grande medida, estão em seu estágio inicial de investigação, pois elas começaram a ser

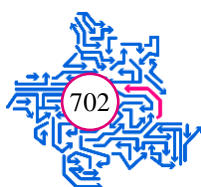
desenvolvidas efetivamente no presente ano 2016.

Nossa primeira sub-linha visa, através da experiência dos estudantes com deficiência visual do Colégio Pedro II, tornar o Campus Realengo II espacialmente mais acessível, além de criar conteúdos sobre a percepção do espaço desses estudantes, propondo uma discussão que nos leva a encarar a acessibilidade e suas barreiras diante de um mapeamento inclusivo. Metodologicamente, esta primeira etapa do trabalho se construiu no estudo aprofundado da cegueira a partir de relatos dos deficientes visuais e discussão bibliográfica pautada especialmente no trabalho de Ventorini (2012). Para tanto, foi realizado um grupo focal mediado pelo professor orientador com fins de analisar a percepção que os estudantes têm do espaço da escola, além de intertextualizar o teórico, a pesquisa e a prática. Os cinco estudantes participantes deste grupo focal pertenciam ao primeiro ano do Ensino Médio, dentre os quais três eram cegas e uma aluna tinha baixa visão.

Um aspecto muito ressaltado pelos alunos durante o grupo focal diz respeito a própria importância do mapeamento para a locomoção das pessoas com deficiência visual. Através das falas, compreendemos que o mapeamento da instituição não deve ser considerado a única forma que os deficientes visuais podem conhecer e se mover pelo espaço escolar. Um material suporte não pode ser transformado em protagonista, pois isso tiraria a responsabilidade da instituição no processo de acessibilidade e até mesmo na interação entre os demais alunos com eles. Os estudantes do grupo pesquisado relataram que aprenderam o essencial sobre a locomoção pelo colégio, durante as aulas de Educação Física, por iniciativa particular dos professores da disciplina. De acordo com o este professor, entrevistado pelas alunas, e responsável pelo ensino de Educação Física para os deficientes visuais do campus, é importante haver um trabalho corporal com os alunos para proporcionar o conhecimento básico necessário para o uso de um mapa tátil ou maquete escolar:

O modo pelo qual as crianças cegas elaboram representações mentais do local vivido é de extrema importância para compreender o papel que a experiência sensorial desempenha no desenvolvimento da cognição do espaço. (...) Nesse sentido, antes de buscar símbolos, métodos e técnicas de construção e reprodução de documentos cartográficos, faz-se necessário compreender como esse grupo de usuários percebe e organiza os objetos no espaço. (Ventorini, 2012, p. 62)

O trabalho corporal envolve os sentidos, de maneira que a incapacidade de um órgão refere-se ao aperfeiçoamento de outros. Esses mecanismos são os responsáveis para que alunos cegos e de baixa visão criem mapas mentais, seja pela audição, olfato ou tato. Para



estudantes deficientes visuais, a percepção auditiva é valiosa. Durante o grupo focal, uma das alunas cegas relatou a importância do som do ar condicionado para se situar no colégio. O som é, de maneira indireta, encarregado muitas vezes por promover a inclusão no lugar. Os sons usados pelos deficientes na cidade, principalmente no subúrbio, não são planejados para fins de acessibilidade, ou seja, sons da cidade que são percebidos por esses indivíduos e transformados em referências. No espaço do colégio, essa mesma aluna cega relatou que em alguns momentos os aparelhos de ar condicionado estão desligados, o que pode levá-la a se perder. O tato também foi mencionado como um sentido importante para a orientação e localização dos alunos no espaço escolar, especialmente no ambiente da sala de aula. O olfato não foi mencionado como um dos sentidos mais utilizado ou comentado pelo nosso grupo focal, mas não passou sem ser percebido como um meio usado depois que os outros “falham”. Um aluno contou sobre a vez que “estava seguindo o caminho errado”, mesmo utilizando uma bengala, mas se achou “ao sentir o cheiro da comida do refeitório”. Em síntese, percebemos que os estudantes dentro a bengala, o tato, o olfato e a audição utilizavam mais, individualmente, a bengala e a audição e com menos frequência o tato e o olfato.

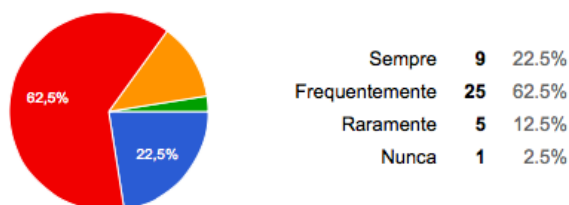
Além da acessibilidade no espaço escolar, o grupo focal também abordou outros aspectos do cotidiano escolar deste segmento de alunos tais como situações de preconceitos e discriminação; dificuldades de aprendizagem; e o processo de adaptação a um colégio com uma proposta inclusiva, dentre outros assuntos. Além da metodologia de grupos focais também já foram conduzidas entrevistas individuais com os alunos com deficiência. O processo de coleta de dados já foi finalizado, havendo um material vasto para a continuidade da pesquisa e a consolidação de seus resultados, criando os subsídios necessários para os mapeamentos pautados nas necessidades e experiências relatadas pelos próprios deficientes visuais.

Por sua vez, a segunda sub-linha de pesquisa tinha por objetivo central mapear, em caráter exploratório, os espaços da insegurança das estudantes do Colégio Pedro II Realengo na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Neste primeiro momento, as estudantes selecionaram dois bairros deste setor geográfico – Campo Grande e Taquara – como estudos de caso a serem comparados. Como metodologia de pesquisa, sessenta estudantes residentes nestes bairros responderam a um questionário sobre as diferentes formas de “assédio” no espaço público sofridas em seu cotidiano. Elaborado pelas alunas e disponibilizado através de uma plataforma na internet, o questionário foi o caminho metodológico encontrado para a

produção de dados quantitativos. Essa estratégia revelou-se oportuna considerando que na bibliografia acadêmica especializada sobre estudos de gênero predominam trabalhos que abordam outras formas de violência contra as mulheres (Heilborn e Sorj, 1999).

Como forma de evitar interpretações particulares e individuais, definiu-se previamente assédio como “um conjunto de práticas que levam ao constrangimento ou vexação do indivíduo, inibindo a sua liberdade, como por exemplo: cantadas, olhares predatórios, toques, xingamentos, gritos, buzinas de carro, assobios, utilização de aparelhos eletrônicos para fotografar ou filmar a vítima intimamente sem sua autorização, entre outros.” Com base nesta definição, a maioria das estudantes respondeu sofrem práticas de assédio sempre (21%) ou frequentemente (62%), como é apresentado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Frequência de assédio relatado por parte das estudantes do Colégio Pedro II – Campus Realengo II**

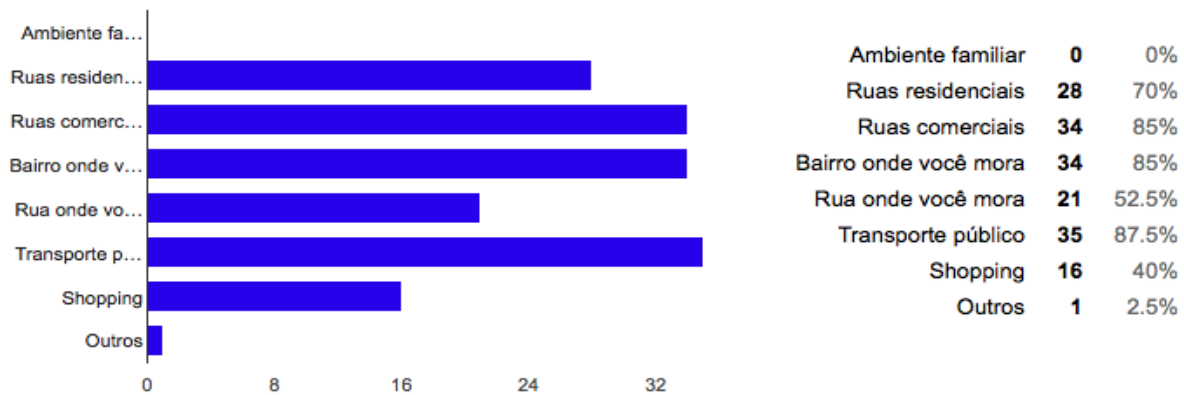


Os resultados obtidos também sinalizam que essas experiências são mais comuns nos períodos vespertino (80%) e noturno (78%); ocorrem quando a estudante encontra-se sozinha (85%) ou em um grupo com outras mulheres (58%); ocorrem sempre ou frequentemente quando se utiliza o uniforme escolar (80%). Estes resultados sinalizam, portanto, contextos, circunstâncias e situações de maior vulnerabilidade para as estudantes que necessitam ser explicitadas, desnaturalizadas e enfrentadas.

Segundo a opinião das jovens essas práticas são mais frequentes em ruas comerciais (83%) e nos meios de transporte públicos (90%), embora também ocorram em ruas predominantemente residenciais (69,5%). Tais dados demonstram indícios sobre uma possível espacialidade dessas práticas: mais ordinárias em locais de grande circulação de pessoas do que em áreas residenciais e próximas ao local de residência (Gráfico 2):



**Gráfico 2 – Local de ocorrência de assédio relatado por parte das estudantes do Colégio Pedro II – Campus Realengo II**



Esses espaços também foram apontados como sendo aqueles nos quais se sentem mais inseguras, em comparação com o ambiente familiar e a rua onde reside. A percepção de segurança também foi registrada em espaços privados de uso coletivo como os *shoppings centers*. De modo geral, os resultados preliminares da pesquisa refletem, portanto, a gravidade da questão e a importância da continuidade da pesquisa.

As próximas etapas da pesquisa incluem a: (1) elaboração de um mapa sobre a incidência das práticas de assédio nos bairros de Campo Grande e Taquara; (2) realização de um novo levantamento quantitativo em relação ao bairro de Realengo e outros bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro; (3) realização de um evento no campus Realengo II para a exposição e interpretação dos resultados e debate com a comunidade escolar.

### Considerações finais

Uma escola pública situada na periferia da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Um corpo discente composto (em sua grande maioria) por uma juventude suburbana que, na dimensão cotidiana do espaço, produz e interpreta a cidade sob os seus próprios pontos de vista. Diante desta paisagem, vislumbramos aí um cenário de possibilidades, pois, enquanto alguns olhares ainda teimam em ressaltar as carências, enxergamos aí um campo de potências.

A construção do campus Realengo II do Colégio Pedro II remonta uma antiga demanda dos movimentos de bairro por uma escola pública federal de referência neste setor geográfico da cidade. Dessa forma, a mesma escola que tem papel fundamental na formação crítica dos sujeitos, tem também uma importante função social com o seu entorno. É sob esse ideário que se fundamentou a construção do LabSUJu. Longe de reiterarmos uma lógica de “escola-enclave” (que é alheia ao seu entorno), pretendemos, quando da criação do grupo de

pesquisa, ensinar uma dialógica relação escola-cidade. Que, se por um lado, contribui para o papel social da escola com a urbe, por outro fomenta uma importante produção de conhecimento, suprimindo uma histórica lacuna da própria geografia carioca.

Que assim permaneça, se desenvolva e amplie essa e todas as demais experiências de pesquisa desde o chão da escola. A escola, lócus institucionalizado do ensino, espaço privilegiado de pesquisa e produção de conhecimento sobre educação, cidade e juventude.

### Referências bibliográficas

CANO, Ignácio (2008): Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro, In: *Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

CANO, Ignácio & DUARTE, Thaís (orgs.) (2012): “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008 – 2011]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000): *Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp.

CERTEAU, Michel (2009): *A Invenção do cotidiano: Artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.

CORREIA, R. L. (1995): *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática.

GIL, Antônio Carlos (2002): *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio. *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS. 1999. p. 183- 221.

JACOBS, Jane (2000). *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

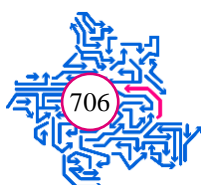
LACOSTE, Yves (1988): *A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*. Campinas: Papirus.

RIBEIRO, Ana Clara T. et alli. (2011): Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In: RIBEIRO, Ana Clara T., CAMPOS, Andreilino & SILVA, Cátia A. (orgs.): *Cartografia da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina.

SENNETT, Richard. (1999): *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Cátia A. & SCHIPPER, Ivy (2012): Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. In: *Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, pags. 25-39, jan/jun.*

SOUZA, Marcelo Lopes de (2000): *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial das metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.



\_\_\_\_\_. (2006): *A prisão e a ágora*: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (2008): *Fobópole*: medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

THIOLLENT, Michel (1985): *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo: Cortez.

VENTORINI, Silvia Elena. A experiência como fator determinante na representação espacial da pessoa com deficiência visual. São Paulo, 2012.

